

Entrevista

A gênese constitucional do Patrimônio Imaterial – Entrevista com Joaquim Falcão

Yussef Daibert Salomão de Campos

Recebido em: 23 de agosto de 2025
Aceito em: 04 de novembro de 2025

Capa: Sistema Agrícola
Tradicional do Rio Negro,
Laure Empereire (2006).

YUSSEF DAIBERT SALOMÃO DE CAMPOS é professor Adjunto da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Graduado em Direito (UFJF). Colaborou, como coorganizador e autor, nas edições 35 e 36 da *Revista do Patrimônio*, em comemoração aos 80 anos do IPHAN. É líder do grupo de pesquisa CNPq LUPA – Lugares e Patrimônios, organizador da coleção Sobre Patrimônios (Ed. Letramento) e membro do ICOMOS.

A gênese constitucional do Patrimônio Imaterial – Entrevista com Joaquim Falcão

Yussef Daibert Salomão de Campos

Universidade Federal de Goiás (UFG)

<https://orcid.org/0000-0001-9349-1133>

yussefcampos@ufg.br

RESUMO

Palavras-chave:
Patrimônio Imaterial.
Afonso Arinos e Aloísio
Magalhães. Constituição
Federal.

Joaquim de Arruda Falcão Neto é um intelectual brasileiro intimamente ligado à gênese do Patrimônio Imaterial. Foi proponente da inclusão dessa categoria no Anteprojeto Constitucional elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, conhecida como Comissão dos Notáveis, ou Comissão Afonso Arinos, já que esse outro jurista esteve à frente da mesma, a pedido do então presidente José Sarney. Claramente influenciado por seu amigo e vizinho Aloísio Magalhães, que introduziu as referências culturais como critério de patrimonialização durante sua gestão à frente da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Joaquim, em entrevista remota a mim concedida em 6 de outubro de 2021 — já que estávamos em meio à pandemia de Covid-19 — tratou dessa e outras valiosas informações sobre a categoria imaterial do patrimônio.

ABSTRACT

Keywords: *Intangible
Heritage. Afonso Arinos
and Aloísio Magalhães.
Brazilian Federal
Constitution.*

Joaquim de Arruda Falcão Neto is a Brazilian intellectual intimately linked to the genesis of Intangible Heritage. He proposed the inclusion of this category in the Constitutional Draft prepared by the Provisional Commission for Constitutional Studies, established by Decree No. 91.450 on July 18, 1985; this commission is known as the Commission of Notables or the Afonso Arinos Commission after the jurist who chaired it at the request of then-President José Sarney. Clearly influenced by his friend and neighbor Aloísio Magalhães, who introduced cultural references as a criterion for heritage designation during his tenure as head of the former-Secretariat

of National Historical and Artistic Heritage, Joaquim discussed this and other valuable insights into the category of intangible heritage in an online interview he granted to me on October 6, 2021, during the Covid-19 pandemic.

Joaquim de Arruda Falcão Neto, ou simplesmente Joaquim Falcão, é um intelectual brasileiro intimamente ligado à gênese do Patrimônio Imaterial. Foi o proponente da inclusão dessa categoria no Anteprojeto Constitucional elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, conhecida como Comissão dos Notáveis, ou Comissão Afonso Arinos, já que esse outro jurista esteve à frente da mesma, a pedido do então presidente José Sarney. Claramente influenciado por seu amigo e vizinho Aloísio Magalhães, que introduziu as referências culturais como critério de patrimonialização durante sua gestão à frente da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Joaquim, em entrevista remota a mim concedida em 6 de outubro de 2021 — já que estávamos em meio à pandemia de Covid-19 — tratou dessa e outras valiosas informações sobre a categoria imaterial do patrimônio. A fluidez da conversa foi equacionada, em certa medida, com a do texto, para melhor retratar a conversa entre o entrevistador e entrevistado.

Yussef Campos: Peço a vênica do senhor para chamá-lo de professor.

Joaquim Falcão: Não, não, não concedida. Você vai me chamar de Joaquim.

Yussef Campos: Não consigo... Então, Dr. Joaquim.

Joaquim Falcão: Não, não, treina que vai.

Yussef Campos: Ok. Professor (risos).

Joaquim Falcão: (risos) Tá bom, vamos lá.

Yussef Campos: Vou primeiro me apresentar. Sou professor da Universidade Federal de Goiás. Estou em Goiânia desde 2015, sou de Juiz de Fora, lá fiz minha graduação em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), depois meu Mestrado na Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e voltei pra Juiz de Fora para me doutorar... sempre pesquisando patrimônio, estudando perspectivas jurídicas do patrimônio, a partir da História e da historiografia... uma formação bem heterodoxa, mas que casa bem com patrimônio. Minha tese é sobre como o artigo 216 foi debatido na Assembleia Nacional Constituinte'. Cheguei à conclusão de que, apesar de formalmente Sarney e Ulisses Guimarães terem dito

1. A tese, defendida com o título “A dimensão política do patrimônio cultural na constituinte de 1987-1988, foi publicada como livro como *Palanque e patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)*, 3ª edição, pela Editora Letramento, 2022.

que o anteprojeto da Comissão dos Notáveis, a Comissão Afonso Arinos, a comissão que o senhor participou não seria recebida pela Legislativa, ela foi amplamente utilizada como parâmetro para definir patrimônio como conceito jurídico. Quando estudei as atas e vi Octávio Elísio, que era o deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e depois mudou pro Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)... ele usa claramente o texto da Comissão.

Mas uma outra coisa que sempre tinha me chamado a atenção é que Afonso Arinos foi do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 1938 a 1990, até sua morte. Na década de 1980, ele pouco atuou como conselheiro, mas não por conta da idade e da doença — isso foi só nos dois últimos anos —, mas é porque ele estava na Comissão Afonso Arinos e depois como Constituinte, aos 82 anos. Percebi que há muitos pareceres dele na década de 1940, principalmente sobre tombamentos e cancelamentos de tombamento. Fui notando que, a partir da década de 1970, a sua atuação diminui bruscamente. E é quando chega Aloísio Magalhães, que inverte a perspectiva sobre conceito de Patrimônio, indicando a importância da referência cultural.

Será que o Afonso Arinos... era falta de fôlego ou ele não se sentia à vontade com essas novas concepções de Patrimônio, que dariam ensejo ao imaterial?

O senhor está na presidência da Fundação Pró-Memória² quando o Aloísio Magalhães está na Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), aquele momento crucial, e eu acho curioso... a potência do Aloísio Magalhães é tão grande, que quando o José Reginaldo Gonçalves escreve o livro *A retórica da perda*, e ele compara Rodrigo Melo Franco de Andrade a Aloísio Magalhães, igual muitos outros historiadores e antropólogos fazem, comparando uma gestão de 30 anos com uma gestão de 3, tamanha é a ressonância da atuação do Aloísio Magalhães, o Patrimônio Imaterial, a referência cultural... o contexto é esse.

E, assim como o senhor, tanto o senhor quanto o Afonso Arinos, membros da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), trabalharam juntos na comissão de estudos provisórios, foram membros do Conselho Consultivo do Iphan, enfim, eu queria ouvir do senhor um pouco disso.

Quem era esse Afonso Arinos antes da Comissão dos Notáveis, que foi diminuindo a sua atuação enquanto membro do Conselho Consultivo?

Joaquim Falcão: Eu prefiro um “ping-pong” do que propriamente algo mais discursivo de minha parte. Vamos lá. A sua tese foi *A dimensão política do patrimônio*... é isso? Então vou falar de política a diversos níveis e depois eu posso falar um pouco de Afonso Arinos. Deixa eu começar lá pelo final de sua tese.

2. “A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural” (Iphan, *Dicionário do Patrimônio Cultural*, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>, acesso em novembro de 2025).

O Afonso Arinos ele faz parte do grupo clássico, ético, liberal, elitista que criou o Barroco como Patrimônio.

Então, mesmo se você pensar que tinham ideologias distintas, o Patrimônio tinha um grupo de arquitetos muito socialistas como o Ítalo [Campofiorito], e tantos outros, por influência de Oscar Niemeyer, uma influência técnica, mas que dificilmente chegava no Conselho.

O Conselho não tem poder decisório. Tem poder de aconselhar, apenas. Então essas pessoas, eu acho que a Maria do Carmo, a irmã de Afonso Arinos, eu acho, acho que ela fez parte.

O Conselho era basicamente um Conselho barroco, de pedra e cal, elitista, arquitetônico. Embora o Decreto-lei³ falasse de outras áreas, eles davam alguma concessão pra algumas áreas como Arqueologia. Mas ele era basicamente pedra e cal e arquitetônico, e tinha uma ideologia.

Você estudou lá em Juiz de Fora, deve estar mais próximo que eu... uma ideologia mineira, que aí passa por Capanema, passa por Carlos Drummond, passa por Afonso Arinos, passa por isso tudo.

Yussef Campos: Rodrigo [Melo Franco de Andrade].

Joaquim Falcão: Ou seja, uma política de transformar a cultura mineira na cultura nacional. E se conseguiu, e foi bom nesse sentido, porque outras cidades e outras igrejas, inclusive Olinda, se beneficiaram desse momento, que a briga política que havia no Patrimônio era entre esse grupo barroco, arquitetônico, pedra e cal, mineiro e tudo e o Aloísio que estava chegando, nordestino, designer.

O Afonso Arinos em si, ele fazia uma curadoria elegante e inteligente, mas desse partido patrimonial, vamos falar de um partido, de um grupo, uma gestão, uma tecnologia patrimonial.

Rodrigo morre, Rodrigo escreveu um livro só, chama-se *Velórios*⁴. Se você quiser entender a personalidade dele, leia esse livro, que você encontra em leilões ou em sebos. É sintomático que o único livro que escreveu, chama-se *Velórios*.

Afonso Arinos, como os grandes nomes que participavam do Conselho, tinha interesses principais e evidentemente muito importantes, mas não era só o patrimônio... ele passou a não se interessar tanto, porque vieram as gerações novas... uma série de grupos novos.

É a disputa que existia. Era uma disputa sobre o que é Patrimônio, era uma disputa política e tinha dois times: o time do pedra e cal, não somente de arquitetos e poucos arqueólogos, e o do designer, sociólogos, etnógrafos....

Isso tinha uma vinculação, porque o Aloísio foi indicado pelo Figueiredo e o chefe de gabinete do Figueiredo era o Golbery, e o Aloísio era muito vinculado ao Golbery.

3. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, principal norma jurídica para proteção do patrimônio material, que regulamenta o tombamento.

4. ANDRADE, Rodrigo. *Velórios*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1936. 152 p.

Porque Figueiredo não entendia nada de Cultura... e então, com quem o Aloísio despachava não era o Figueiredo, era o Golbery, porque o status de secretário de Cultura era um status ministerial, vamos assim dizer.

E, na época, houve uma disputa grande... há uma reportagem de Zuenir Ventura, na Veja, que é muito simbólica, que discutia se a Secretaria de Cultura deveria ser Ministério, e o Aloísio diz: “Eu prefiro uma Secretaria forte do que um Ministério fraco”. Então ele sempre dizia isso.

Bom, mas evidentemente que, mesmo sendo indicado por Figueiredo, a vanguarda da noção de Patrimônio, esse pessoal todo Rodrigo e seus amigos são de [19] 37, são de Getúlio (risos). Então, essa veia nacionalista, que se reflete nos dois governos, tanto de Getúlio quanto o da — a gente chamava, na época, de “Revolução”, “Golpe”, o nome que você queira dar, o fato é que era um governo militar, autoritário e nacionalista, então você não pode separar isso do nacionalismo.

Agora, na Comissão Arinos, havia também o Eduardo Portela, que disse: “Eu não sou ministro, eu estou ministro”.

Foi o Portela quem chamou o Aloísio. Ambos são pernambucanos, e o Portela é muito mais aberto intelectualmente, é da cultura, então ele foi fundamental, porque ele é quem bancava o Aloísio.

Bom, eu morava em Olinda, onde estava fazendo a minha tese de doutorado para a Suíça, e a minha casa era ao lado da casa de Aloísio. Isso você já deve saber... então ele vinha nos fins de semana, como secretário, sempre às quintas-feiras ou sextas, e desembarcava lá em casa, e a gente sentava e discutia sobre esse negócio.

Quando se chega à ideia de criar uma fundação, que é a Fundação Pró-Memória, eu me lembro que a gente ficava na calçada de Olinda, discutindo o nome etc. e tal.

Eu tinha voltado da Suíça e eu tinha lido um livro que muito me influenciou, sobre Antonio Gramsci, se não me engano, de Maria Antonietta Macciocchio⁵, *Pour Gramsci*.

Eu gostava muito dessa coisa *pour*. *Pour Paris*, *Pour Brésil*, *Pour Patrimoine*, então disse: “Em favor do patrimônio, não dá”. Aí o Aloísio, que era um *designer*, disse: “Pró-Memória”. Essa é a origem, vamos dizer assim, etimológica do “treco”.

Eu ajudo a redigir a lei que cria a Fundação Pró-Memória... é quando o Pró-Memória passa a ser o gestor de todo o patrimônio, as instituições, as cidades, mas não tinha o poder de polícia pra tomar. É quando se divide... o Conselho e o Ministro passam a ficar com o poder de polícia e a gestão fica no Pró-Memória. Pouco a pouco vai se mudando os conselheiros. Num momento, que eu acho simbólico, Aloísio coloca o Gilberto Velho, um sociólogo [antropólogo], o que era quase que um espanto, e Gilberto era sintonizado com cultura, hábitos, costumes, com tudo, com patrimônio imaterial nessa história.

Você leu uns pareceres de Afonso Arinos sobre cancelamento de tombamento, porque essa história do governo de querer vender o prédio do MEC, ou prédios

5. Possivelmente Maria Antonietta Macciocchi.

6. Refere-se, respectivamente, ao já citado Decreto-Lei 25/1937, e à Lei 6.757, de 17 de dezembro de 1979, que institui a Fundação Nacional Pró-Memória.

tombados... não pode, porque está na lei do patrimônio e na lei do Pró-Memória⁶... quando a gente diz que todos os prédios tombados, (...) do Estado pra outros fins, então o Paço era usado pra Sede dos Correios. Esse foi o problema: a gente queria a Sede dos Correios pra restaurar o Paço, mas tinha outros interessados privados que queriam o Paço pra eles. Então a gente colocou na lei o seguinte: “Cessado o uso atual, que é um uso não patrimonial, volta esse patrimônio do governo para o Iphan”.

Havia uma série de tensões políticas, não somente ideológicas, mas de gestão da ideologia (risos) e tinha grupos separados, antropólogos. É nessa época que entram vários antropólogos no Iphan.

Um exemplo, e que pode ser atual agora: nós tínhamos, em Recife, trabalhos com comunidades, para restaurar sua cultura, seu modo de ser, e um dia o Golbery chama o Aloísio e diz: “Professor, — o Golbery só chamava o Aloísio de professor — quero lhe alertar, que o senhor não vai importar aqui a estratégia — hoje a gente chamaria de identitária, mas racial — vamos assim dizer, americana, de sistemas de cotas, e negros contra brancos, isso é uma ideologia americana, que a gente não quer aqui”.

Pra você ver o nível de nacionalismo, e como é que o nacionalismo chegava na base. A gente teve que continuar, mas com esse alerta. Dentro dessa coisa identitária, a gente, eu falo a gente porque Aloísio era o meu melhor amigo, quer dizer, se tornou, e a gente construiu isso.

Éramos vizinhos de porta. Ele, sem desprezar toda a parte de pedra e cal e barroca, restauração do Paço pelo Glauco Campelo.

A outra coisa é que o Pró-Memória passa a ter uma nova sede em Brasília, que era uma sedezinha lá, pequena, mas boa, um prediozinho. E o Figueiredo vai à inauguração do prédio. Golbery não aparecia nunca. Então, nesse momento, foi o Presidente inaugurar a nova sede do patrimônio brasileiro.

O Aloísio dá pra ele um “Pau de Chuva”. Você sabe o que é isso, né? Aquele negócio indígena, simbolizando de que os indígenas eram parte do patrimônio nosso (sorri).

O Aloísio, quando foi feito o Museu de Brasília, o mais recente, ele queria que fosse uma grande oca, que o desenho fosse uma imensa oca. Mas o Figueiredo não sabia o que era o “Pau de Chuva”, símbolo da fertilidade.

Veja como essas brigas políticas chegavam até o final. Por exemplo, no Paço, quando a gente estava tentando se apropriar do Paço pra Pró-Memória, nós fomos num domingo, eu e ele e nos sentamos em frente ao Paço para saber como seria a fachada, porque a fachada tem século XVII, XVIII e XIX e mexe lá etc.

A gente ficava olhando aquilo. Você sabe, tinha um viaduto que passava por cima da Praça XV, e sabe o quê que o Lúcio Costa permitiu? Um viaduto debaixo do viaduto. Repare, eu estou dizendo a você, um viaduto debaixo do viaduto, e que desembarcava na porta do Paço.

Então (risos), você pode imaginar: o Lúcio Costa permitiu o prédio da Cândido Mendes, que tem quantos andares, 30 e não sei quantos, ao lado

7. Livro de 1982, publicado pela editora Nova Fronteira, cujo título é um palíndromo.

do Paço, e brigava pelo entorno. Era uma situação de confronto latente, mas não explicitado, porque a política de Aloísio foi de buscar essas pessoas todas, ver se avançava no Conselho, respeitava as pessoas abertas.

Quanto a Afonso Arinos, o livro dele *Amor a Roma*⁷, você já sabe essa história lá também, sabe? A que Aloísio desenhou a capa do *Amor a Roma*, então eles tentavam uma gestão, eram pessoas de elite sofisticadíssima, Aloísio, eu mesmo, pessoal da elite, (...) depois dentro dessa abertura identitária, Marcos Villça vem e tomba o Terreiro lá de... (pausa).

Yussef Campos: Casa Branca.

Joaquim Falcão: da Bahia, da Casa Branca, então... trata-se de uma briga política que é muito mais interna do que externa.

Yussef Campos: Aloísio participa da democratização, o início da democratização, do patrimônio, certo?

Joaquim Falcão: Da cultura, porque ele não era só secretário de patrimônio, ele era secretário de cultura (...). Eu morava em Olinda, a última viagem dele foi para Veneza.

Uma vez ele chega na minha janela e diz: “Compadre, vou pra Cracóvia”. Eu digo: “Vai pra Cracóvia?”. Eu nem sabia bem onde era a Cracóvia. E disse: “O que você vai fazer em Cracóvia?”. Ele disse: “Eu vou ver os originais de Eckhout⁸, que é o grande — um dos primeiros a reproduzir o Brasil em 1600 (...)”.

8. Possivelmente Albert van der Eckhout (Groningen, Holanda, ca. 1610 – Idem, ca. 1666), pintor holandês do século XVII, conhecido por suas obras sobre o Brasil Colonial.

E pergunto pra quê ele vai pra Cracóvia, e Aloísio responde: “Pra trazer para o Brasil” (risos).

Outra história: está em leilão, acho que na *Sotheby's* em Londres ou *Christie's*, os originais dos autos de Tiradentes, então ele vai pra lá para arrematar e arrematou, arranjou dinheiro, uma confusão dentro das leis de licitação você comprar esse negócio.

Por coincidência... você sabia que a sentença do Ayres Brito é patrimônio documental do mundo? (risos) A de união homoafetiva. A sentença homoafetiva, do Ayres Brito, foi escolhido como patrimônio documental do mundo. Você tem uma explosão de ampliação, no mundo inteiro, [do conceito] de patrimônio. Vou voltar para o Afonso Arinos.

Yussef Campos: Afonso Arinos é o sobrevivente dentro do Conselho do Iphan, daquela turma lá de [19]38. O cargo é vitalício, as pessoas vão morrendo, o Afonso Arinos é o único que chega...

Joaquim Falcão: O cargo é vitalício? Eu não sabia, é?

Yussef Campos: Naquela época... e ele entra, as pessoas vão morrendo, vão deixando o cargo e ele vai sobrevivendo, vai atuando e ele chega então a atuar concomitantemente com essa nova geração, que vem falar de patrimônio imaterial, que vem falar de ofício, saberes, modos de expressão, Candomblé e etc., que é a geração do Aloísio Magalhães.

E mantém a visão conservadora de patrimônio, a partir dessa ideia do nacionalismo, a do Vargas, mas ele aceita, recua frente às novas posições ou chega a combatê-las?

Joaquim Falcão: Não, ele não confronta nada, porque ele já não é o Afonso Arinos da União Democrática Nacional (UDN).

E ele vai recuperar seu protagonismo com o Sarney na Comissão Arinos, na qual seu interesse não era patrimônio, era parlamentarismo.

Yussef Campos: Isso que eu ia perguntar para o senhor agora.

Joaquim Falcão: *Je m'en fous* [Eu não me importo/ Não quero nem saber] sobre patrimônio (risos). Ele tem uma nova pauta, uma pauta que continua a ser uma missão para o Brasil, como ele teve a pauta política da democracia, teve a pauta política das relações internacionais com Jânio Quadros (...) teve a pauta cultural do grupo de Rodrigo, (...) tem a pauta da redemocratização e do desejo dele de fazer o parlamentarismo.

Quando chega na Comissão Arinos, ele só tem — antes, eu vou falar uma coisa decisiva e que as pessoas não valorizam — a morte de Tancredo, o dia que nunca houve, o dia da posse de Tancredo... eu estava lá em Brasília, o Sarney disse que não ia assumir, porque ele não tinha tomado posse, a Globo vai e um General.... o país estava perplexo com essa discussão.

Que o Sarney não tinha tomado posse, perplexo não no tempo, mas na intensidade das horas, porque você não sabia o que ia ocorrer. Por indicação de uma pessoa que era próximo da família de Afonso Arinos.... veja que ele tem muito respeito no mundo todo. Porque o ativo dele era a respeitabilidade, mesmo que conservadora.

Era um homem que nunca foi acusado de nada na vida pessoal, um intelectual que transitava, um jurista respeitado. Eu o substituí na cátedra da Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele foi professor de Direito Constitucional, saiu e depois eu fui professor de Direito Constitucional na cátedra da UFRJ, anos depois.

Afonso Arinos vai para a televisão e diz o seguinte: “O Sarney (...) o vice-presidente não é vice-presidente de Tancredo Neves, ele é vice-presidente da República, ele foi eleito vice-presidente da República e como tal, ele assume”.

Afonso Arinos que fez Sarney. Aliás, que fez a redemocratização, porque estávamos à beira de um impasse. (...) O momento político maior da vida dele, foi esse, quando o Brito anuncia e a Globo põe no ar, por causa disso. Aí ele

se dedica completamente à Comissão Arinos. Porque a Comissão Arinos ia fazer o projeto de Constituição. A única coisa que ele pensava é: parlamentarismo.

Yussef Campos: Queria ouvir mais do senhor sobre a Comissão, que foi puxado pelo senhor. “Ele queria discutir parlamentarismo e não patrimônio”, então ele deu espaço para o senhor e para outras pessoas interessadas...

Joaquim Falcão: Não, isso não, ele negociava com todas as comissões, negociava elegantemente. Eu era um dos membros da comissão de Cultura, Meio Ambiente, Indígenas e Saúde.

Yussef Campos: E aí o senhor apresenta Patrimônio Imaterial, como é que ele...

Joaquim Falcão: Ele deixou tudo, desde que você votasse no parlamentarismo, em todas as comissões ele estava ali para aprovar. Não era uma negociação “toma lá dá cá”, não, mas ele me dizia: “Meu caro Joaquim...”, e fazia o que queria lá, os chefes de comissão.

Eu avanço para inserir o patrimônio material e imaterial, que era um avanço unânime, era o Cândido Mendes, era Santos, era o Antônio Ermírio de Moraes, era o Cristovam [Buarque], da comissão de Cultura.

Eu fiquei em dúvida se eu colocaria como a Europa estava preferindo, patrimônio tangível ou intangível, que era, inclusive, a expressão mais correta no Direito nosso — bem tangível ou bem intangível. Mas aí eu pensei que “material” ou “imaterial” é mais popular.

A lei tem que ter uma função mobilizadora e educacional, (...) é o modo de comunicar um conceito que, se eu usasse o conceito clássico de Direito, seria mais difícil.

Yussef Campos: E isso é fruto da herança, do relacionamento e da amizade do senhor com o Aloísio Magalhães?

Joaquim Falcão: (...) Sim, lógico.

Yussef Campos: Ter levado isso pra Comissão Afonso Arinos?

Joaquim Falcão: Lógico. (...) Sabe por que passou na Comissão Arinos? Porque o corpo técnico barroco (risos) de pedra e cal não estava representado lá, porque, senão, eles iam dizer: “Basta a palavra patrimônio, não precisa dizer isso”. Mas aí a lei perderia sua função mobilizadora e educativa. Agora, desnecessário dizer que todos nos dávamos muito bem. O Ítalo...

Yussef Campos: Nem todos, né, professor? (risos) E o Ney Prado?

Joaquim Falcão: (Risos) O Ney Prado, eu me dava muito bem com o Ney Prado. Ele me chamava para almoçar na casa dele e jantar. Eu fui lá, ele é esperto, ele não se incomodava com esses assuntos.

Yussef Campos: Mas por que ele saiu da Comissão Afonso Arinos?

Joaquim Falcão: Não, não saiu.

Yussef Campos: Saiu antes de acabar.

Joaquim Falcão: Acho que não.

Yussef Campos: Ele escreve o livro *Os notáveis erros dos notáveis*⁹.

Joaquim Falcão: Mas aí você vê que ele não fala nada da gente, de cultura etc. (risos). Ele tinha outros objetivos.

Yussef Campos: O senhor deu entrevista para o livro 1988: *Segredos da Constituinte*¹⁰.

Joaquim Falcão: Do Luiz Makloun.

Yussef Campos: Eu acho engraçado o jeito que o senhor fala...

Joaquim Falcão: Você quer uma interpretação autêntica do que eu falei (risos)

Yussef Campos: Não, né, isso não (risos). O senhor fala aqui e eu acho engraçado, porque o Makloun fala: “Pra variar um pouco, essa comissão também rachou, com a saída algo tempestuosa do Prof. Ney Prado, depois autor de um livro com o título *O notável erro dos notáveis*.” Aí o senhor começa a resposta assim: “Não se dava muita bola ao Ney” (risos). Porque ele era um mala (risos).

Joaquim Falcão: Eu disse isso? (Risos)... Não me constranja mais (risos). Esqueçam tudo o que eu escrevi...

Yussef Campos: Não pode, o senhor é um Imortal, não pode (risos). E o senhor ainda completa: “Ele era um mala, ainda é”.

Joaquim Falcão: Porque depois ele foi para um setor educativo, eu não sei onde que eu estava com a cabeça quando eu disse isso. Em geral, eu não sou assim.

Yussef Campos: E logo depois ele se mostra um extremista de direita.

9. Os Notáveis erros dos notáveis da comissão provisória de estudos constitucionais / Ney Prado. Rio de Janeiro, Forense, 1987. Nesse livro, o autor aponta fatos que ele considerou erros contundentes dos que participaram da “Comissão Afonso Arinos”.

10. Livro de entrevistas organizado por Luiz Makloun Carvalho, publicado em 2017 pela editora Record.

Joaquim Falcão: A gente sabia dele estar lá por isso. Foi por isso que eu disse que não dava muita bola. Você acha que eu, Cristovam, Reale Júnior, esse pessoal todo, ia dar? (...)

Yussef Campos: Não se dava muita bola ao Ney.

Joaquim Falcão: Deixa eu fazer um vínculo sobre aquela coisa da identitária com a Comissão de Cultura. Quando nós vamos ter uma reunião (...) já citei o de Jorge Amado?

Yussef Campos: Não.

Joaquim Falcão: É de primeira mão pra você. Aí está se lendo o *caput* do artigo 216, o patrimônio do Brasil.... Aí o Cândido Mendes, que estava redigindo, diz: “Vai atender os fins inter-raciais da sociedade brasileira”, diz exatamente isso, os fins multirraciais da sociedade, o Cândido diz. Aí o Jorge Amado, que participava, diz: “Ô Cândido, que fins multirraciais é nada, eu passei a minha vida toda dizendo que o Brasil era mestiço, meus personagens Gabriela, Tietá, Nacib etc. são brasileiros mestiços, não vem com essa história de multirracial”. Porque o multirracial vinculava até para o Golbery. Jorge Amado concordando com o conceito de que o Brasil é sincrético, é mestiço. Essas questões foram abordadas. Eu me lembro bem, porque eu estava — era uma coisa meio em escala —, eu estava ao lado do Jorge Amado e na minha frente estava o Miguel Reale pai e o Cândido. O Cândido fica perplexo porque é Jorge Amado, se fosse Joaquim Falcão... (risos). E o Miguel Reale: “Não, é multirracial mesmo, olha meu caso, eu sou filho de italiana com português”. (...) E o Jorge Amado diz: “Você é filho mestiço (risos)”. Multirraciais eram os pais dele. Agora ele já era mestiço, porque vinha de multirraciais. Essas questões estavam latentes lá todas. Voltando, Afonso Arinos, ele negociava com elegância.

Yussef Campos: Eu posso usar como exemplo de negociação com elegância, tanto do Afonso Arinos quanto o Aloísio Magalhães, o fato do Aloísio ter feito a capa do livro do Afonso Arinos, quanto de o Afonso Arinos ter feito um discurso na posse de Aloísio Magalhães, talvez por ser o mais velho conselheiro, em tom de elogio?

Joaquim Falcão: Eles se amavam. Você pode dizer mais, eles se amavam. Essa discussão ideológica não permeava como hoje a relação pessoal. Todos tinham um respeito absoluto. Não sei se você já sabe do episódio que eu vou no Marco Maciel. Eu frequentava a casa de Afonso Arinos, que ele gostava de tomar o uísque *Ballantine's* e era “Meu caro Joaquim e etc.”. Eu era chefe da Casa do Gabinete de Fernando Lyra [Ministro da Justiça], então eu digo: “Mestre”, porque eu chamava ele de mestre. “Mestre, sou pernambucano, conheço o Marco

Maciel, ele é presidencialista, o Sarney é presidencialista, o senhor não se sente incomodado em apresentar um projeto parlamentarista?” “*Não*” (...) [Resposta de Afonso Arinos]. Peguei o avião, fui à Brasília e tive uma entrevista pessoal com o chefe da Casa Civil, Marco Maciel. “Marco, você é presidencialista?” [Ele] disse: “É”. E Sarney é? Ele disse: “É”. Tá bom. Confirmei o que eu tinha dito. Voltei para o Afonso Arinos, e disse: “Mestre, eu fui lá, confirmei, a Comissão vai constranger o Presidente, fazendo com que ele envie um projeto pelo qual ele não está ‘apaixonado’, tem posições diferentes”.

Ah, sim, e propus ao Afonso Arinos um projeto com duas cabeças: na parte política, ficaria parlamentarista ou presidencialista, e deixaria para o Congresso e para o Sarney escolherem. Essa foi minha proposta.

Afonso Arinos, uma semana depois, liga dizendo: “Meu caro Falcão, falei agora com o presidente e ele disse que mandará o projeto mesmo parlamentarista, de qualquer maneira”.

Aí, só pra dizer a você que sua tese, eu finalizaria ela, porque o Afonso Arinos passou a ter uma nova pauta na vida, uma nova missão na vida, que era política. Afonso Arinos disse: “Eu vou fazer parlamentarista!”.

A essa altura, ele já tinha seduzido, é um sedutor, essa elite é *intra sedutora*, ela seduz a si própria (risos).

Quando chegou na votação, você sabe o episódio da votação?

Yussef Campos: Sim, mas eu quero ouvir o senhor, por favor.

Joaquim Falcão: O Afonso Arinos chega e diz: “Essa é uma Comissão feita de homens ilustres para o bem do país, para homens sem interesses específicos — isso uma mesa de 30 pessoas, no Hotel Glória — de modo que não devemos ter nem vencedores nem vencidos e eu proponho que seja aceito por unanimidade o parlamentarismo”.

Aí eu me viro para o [Sepúlveda] Pertence, que era presidencialista e Procurador Geral da República de Sarney, que estava ao meu lado, e digo: “Tão dando um golpe mineiro aí, você que é mineiro, resolva esse negócio”.

Pertence pede a palavra e diz: “Aprovo com ressalvas mineiras”.

Foram exatamente essas palavras. Ao lado dele estava aquele advogado de Brasília, o Claudio Lacombe, que diz: “Eu aprovo com ressalvas brasilienses”. Vamos os três juntos, e eu disse: “Eu aprovo com ressalvas olindenses”.

Aí, o Afonso Arinos diz: “Você também, Joaquim?” Foi a reação dele, e se aprovou. O Sarney deu a medalha a ele e nunca mandou o anteprojeto. Esse que é o motivo; então, como não existe o formal sem o informal, a proposta nossa penetrou informalmente, e você cita o Ocrácio Elísio e outros (...).

Yussef Campos: E todos eles citam Aloísio Magalhães.